

Concurso n.º48/2016 – Concurso público para aquisição de equipamento administrativo para o
Centro de Saúde de Ponta Delgada

Aprovo / Autorizo / Homologo:

Data: 18 / 10 / 2016

CONCURSO PÚBLICO

PARA A

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO PARA O CENTRO DE SAÚDE DE PONTA DELGADA

CADERNO DE ENCARGOS

Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores,
S.A.

Central de Compras

(Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A de 15 de Fevereiro)

Índice Geral

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula Primeira - Definições

Cláusula Segunda - Objeto

Cláusula Terceira - Partes outorgantes do Contrato

Cláusula Quarta - Documentos contratuais

Capítulo II

Obrigações decorrentes do Contrato

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Cláusula Quinta - Obrigações do adjudicatário no âmbito da execução do Contrato

Cláusula Sexta - Obrigação de fornecimento e operacionalidade dos equipamentos

Cláusula Sétima - Entrega e instalação dos equipamentos objeto do fornecimento e obrigação de entrega do respetivo manual

Cláusula Oitava - Inspeção e Testes

Cláusula Nona - Auto de receção

Cláusula Décima - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

Cláusula Décima Primeira - Garantia

Cláusula Décima Segunda - Obrigação de continuidade de fabrico

Cláusula Décima Terceira - Direitos de propriedade intelectual

Cláusula Décima Quarta - Encargos gerais

Secção II

Obrigações da Entidade Contratante.

Cláusula Décima Quinta - Preço

Cláusula Décima Sexta - Condições de pagamento

Secção III

Obrigações acessórias das partes do Contrato

Cláusula Décima Sétima - Obrigação de sigilo

Cláusula Décima Oitava - Deveres de informação

Capítulo III

Mora, incumprimento e direito de resolução

Secção I

Mora e Incumprimento Definitivo do Adjudicatário e Direito de Resolução

Cláusula Décima Nona - Mora do Adjudicatário

Cláusula Vigésima - Penalidades contratuais

Cláusula Vigésima Primeira - Força maior

Cláusula Vigésima Segunda - Resolução do Contrato

Secção II

Mora e Incumprimento Definitivo da Entidade Contratante e Direito de Resolução

Cláusula Vigésima Terceira - Mora da Entidade Contratante

Cláusula Vigésima Quarta - Resolução pelo Adjudicatário

Capítulo IV

Vicissitudes

Cláusula Vigésima Quinta - Subcontratação

Cláusula Vigésima Sexta - Cessão da posição contratual

Capítulo V

Disposições finais

Cláusula Vigésima Sétima - Notificações, informações e comunicações

Cláusula Vigésima Oitava - Regras para a contagem de prazos

Cláusula Vigésima Nona - Foro competente

Cláusula Trigésima - Disposições legais e contratuais aplicáveis

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Concurso n.º48/2016 – Concurso público para aquisição de equipamento administrativo para o
Centro de Saúde de Ponta Delgada

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Anexo I – Lista de produtos

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula Primeira

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos entende-se por:

- a) SAUDAÇOR** – Central de Compras da Saudaçor – Sociedade Gestora dos Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A., para o setor da saúde na Região Autónoma dos Açores, criada através do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A de 15 de Fevereiro a quem cabe adjudicar a pedido e em representação da entidade contratante.
- b) Contrato** – Contrato de fornecimento de equipamento administrativo para o Centro de Saúde de Ponta Delgada.
- c) Entidade Contratante** – Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel
- d) Adjudicatário** – Concorrente (s) que venha (m) a ser selecionado (s) como fornecedor (es) para a Entidades Contratante dos bens objeto deste Procedimento;
- e) Garantia** – O serviço de garantia, incluindo mão-de-obra, deslocações e restantes atividades previstas no Caderno de Encargos.
- f) Local de entrega e instalação do equipamento** – Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Cláusula Segunda

Objeto

O presente Caderno de Encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas da aquisição de equipamento administrativo para o Centro de Saúde da de Ponta Delgada, conforme especificações técnicas constantes do **Anexo I** do presente Caderno de Encargos.

Cláusula Terceira

Partes outorgantes do Contrato

1. As partes outorgantes no Contrato são:
 - a)** A Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel;
 - b)** O fornecedor selecionado, através de representante com poderes bastantes para a sua celebração.

Cláusula Quarta

Documentos contratuais

1. O Contrato será celebrados por escrito.
2. Consideram-se documentos contratuais:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A Proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. O Caderno de Encargos prevalece quanto à definição das condições jurídicas e técnicas na execução dos fornecimentos.
6. Os fornecedores que tenham dúvidas na interpretação dos documentos contratuais deverão colocá-las à SAUDAÇOR, antes de assumirem qualquer obrigação contratual com a Entidade Contratante.
7. Se, por motivo justificado, e sem que haja negligência ou dolo, o fornecedor não puder colocar as suas dúvidas conforme o estabelecido no número anterior, deverá fazê-lo logo que possível.

Capítulo II

Obrigações decorrentes do Contrato

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Cláusula Quinta

Obrigações do adjudicatário no âmbito da execução do Contrato

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou no Contrato, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de fornecimento dos equipamentos identificados na sua proposta;
 - b) Obrigação de entrega de dois exemplares do manual de utilizador do equipamento objeto do fornecimento;
 - c) Obrigação de garantia do equipamento objeto do fornecimento;
 - d) Obrigação de prestação de serviços de formação.

Cláusula Sexta

Obrigação de fornecimento e operacionalidade dos equipamentos

1. O Adjudicatário obriga-se a fornecer à Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel os equipamento objeto de fornecimento com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais previstos no **Anexo I** do Caderno de Encargos e na proposta adjudicada.
2. Todos os equipamentos objeto do fornecimento devem ser entregues em perfeitas condições de operacionalidade e provisionadas de todo o material de apoio necessário à sua instalação e entrada em funcionamento.
3. Todos os equipamentos objeto do fornecimento devem ser novos, não podendo ter sido utilizados previamente, nem conter peças, componentes ou equipamentos reciclados ou que já tenham sido previamente utilizados.

Cláusula Sétima

Entrega e instalação dos equipamentos objeto do fornecimento e obrigação de entrega do respetivo manual

1. O equipamento objeto do fornecimento deve ser entregue e instalado até dia 1 de dezembro de 2016.
2. O local de instalação do equipamento objeto do fornecimento é o Centro de Saúde de Ponta Delgada.
3. O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do equipamento objeto do fornecimento, dois exemplares do manual de utilizador escrito em português.
4. O Adjudicatário obriga-se ainda a assegurar a atualização dos manuais do equipamento objeto do fornecimento entregues nos termos do número anterior.

5. Todas as despesas e custos com o transporte do equipamento objeto do fornecimento e respetivos manuais para o respetivo local de entrega e com a respetiva instalação são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula Oitava

Inspeção e Testes

1. Efetuada a entrega e a instalação do equipamento objeto do fornecimento, a Entidade Contratante, por si ou através de uma terceira entidade, pode proceder, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção do bem entregue e à realização de testes de aceitação, com vista a verificar as respetivas condições de operacionalidade dos bens e da instalação, se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Anexo I do Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como o cumprimento dos critérios legais de aceitabilidade dos equipamentos e outros requisitos exigidos por lei.
2. Após a entrega e instalação, os bens podem ainda ser objeto de testes que vierem a ser impostos pelas entidades competentes.
3. Durante a fase de inspeção e de realização de testes referida nos números anteriores, o Adjudicatário deve prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Contratante, podendo estar presente durante a realização dos testes.
4. Os encargos com a realização dos testes são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula Nona

Auto de receção

1. Caso a inspeção ou os testes referidos no artigo anterior comprovarem a total operacionalidade dos equipamentos objeto do fornecimento e a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Anexo I do Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, deve ser emitido um auto de receção, assinado pelos representantes da Entidade Contratante.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade do bem fornecido para a Entidade Contratante.

3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de defeitos ou de discrepâncias do equipamento objeto do fornecimento com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Anexo I do Caderno de Encargos e na proposta adjudicada.

Cláusula Décima

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. Caso a Entidade Contratante considere que a inspeção e os testes previstos na Cláusula Oitava não comprovam a total operacionalidade do equipamento objeto do fornecimento e a sua conformidade com as exigências legais ou que existem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Anexo I e na proposta adjudicada, deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário, que deverá proceder, à sua custa, às reparações ou substituições necessárias ao cumprimento daquelas condições e exigências legais.
2. No caso previsto no número anterior e após a realização das reparações ou substituições necessárias, a Entidade Contratante poderá proceder à realização de novos testes de aceitação.

Cláusula Décima Primeira

Garantia

1. O Adjudicatário garante, nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o equipamento objeto do fornecimento, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos a contar da data da assinatura do auto de receção, se outro superior não resultar da sua proposta, contra quaisquer defeitos que derivem da sua catividade e que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem, assim como contra quaisquer discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Anexo I do Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, independentemente de culpa do Adjudicatário.
2. A garantia a que se refere o número anterior inclui a manutenção integral do bem fornecido e os serviços necessários e adequados a verificar e assegurar o bom e contínuo funcionamento do equipamento, nos termos previstos na proposta apresentada pelo Adjudicatário e nos termos do presente Caderno de Encargos, incluindo nomeadamente:

- a) O serviço de aconselhamento técnico com vista à resolução de anomalias do equipamento objeto do fornecimento;
 - b) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - c) A desmontagem de peças, componentes ou equipamentos defeituosos ou discrepantes;
 - d) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou equipamentos defeituosos ou discrepantes;
 - e) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou equipamentos reparados ou substituídos;
 - f) A alteração ou atualização do *software* desses equipamentos quando estes venham a ser substituídos no mercado por outros mais atuais e desde que tal se revele necessário;
 - g) O transporte do equipamento ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - h) A deslocação ao local da instalação do equipamento;
 - i) Mão de obra.
3. As obrigações de garantia previstas nos números anteriores também impendem sobre o Adjudicatário relativamente aos equipamentos e respetivas peças ou componentes reparados ou substituídos.
4. A garantia abrange ainda os testes que a Entidade Contratante considere necessários efetuar aos equipamentos e respetivas peças ou componentes para comprovar a total conformidade e operacionalidade dos mesmos após a correção dos defeitos ou discrepâncias detetados.
5. Quando a correção de defeitos ou discrepâncias num equipamento e respetivas peças ou componentes implicar a paralisação do funcionamento do equipamento objeto do fornecimento por um período superior a 24 horas a contar da notificação a que se refere o número seguinte, suspende-se o prazo de garantia relativamente a esse bem pelo período correspondente à paralisação.
6. Detetado qualquer defeito ou anomalia, a Entidade Contratante notifica o Adjudicatário, para efeitos da respetiva reparação.
7. Sem prejuízo de prazos inferiores que se encontrem previstos na proposta adjudicada ou no Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o Adjudicatário deve proceder à verificação e à correção da anomalia ou do defeito encontrado.

8. Findo o prazo referido no número anterior sem que o Adjudicatário tenha iniciado a correção da anomalia ou do defeito detetado, a Entidade Contratante pode recorrer a terceiros para efetuar a reparação ou substituição em causa, sendo os respetivos custos suportados pelo Adjudicatário, sem prejuízo da eventual aplicação das penalidades a que haja lugar, nos termos da Cláusula Vigésima Segunda, até que a reparação se encontre concluída.
9. Sem prejuízo do referido nos números anteriores, o Adjudicatário é ainda responsável pelos demais danos decorrentes da anomalia ou do defeito do equipamento entregue, desde que estes sejam imputáveis ao Adjudicatário, que se constituam na esfera jurídica da Entidade Contratante.
10. Excetuam-se da obrigação regulada no presente artigo, os seguintes casos:
 - a) Deficiente funcionamento do equipamento objeto do fornecimento que seja imputável à Entidade Contratante pelo uso indevido e culposos daquele;
 - b) Deficiente funcionamento do Equipamento objeto do fornecimento que resulte de atos de vandalismo ou de facto que deva ser considerado caso de força maior.

Cláusula Décima Segunda

Obrigação de continuidade de fabrico

O Adjudicatário obriga-se a assegurar a continuidade do fabrico dos equipamentos objeto do fornecimento pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da assinatura do contrato e a assegurar a continuidade do fabrico das suas peças e componentes pelo prazo 5 (cinco) anos a contar da assinatura dos mesmos.

Cláusula Décima Terceira

Direitos de propriedade intelectual

1. São da responsabilidade do Adjudicatário os encargos decorrentes da utilização, no fornecimento em causa, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias.
2. O Adjudicatário é responsável pela violação de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes a bens e aos serviços objeto do Contrato, nomeadamente projetos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais, documentação ou trabalhos realizados.
3. O Adjudicatário é responsável por qualquer reclamação formulada perante a Entidade Contratante, resultante de violação dos direitos referidos nos números

Centro de Saúde de Ponta Delgada

anteriores, adotando a Entidade Contratante o procedimento que se releve mais adequado para a intervenção plena do Adjudicatário na discussão e no esclarecimento, perante terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que, neste âmbito, se coloquem.

4. O Adjudicatário responde, independentemente de culpa, pelos danos que sejam imputados à Entidade Contratante e que se produzam perante terceiros, quando decorrentes de violação dos direitos a que alude o n.º 1, devendo indemnizar a Entidade Contratante de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula Décima Quarta

Encargos gerais

1. O Adjudicatário é responsável pelo pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato nos territórios do país ou países do Adjudicatário, ou de passagem em transporte.
2. O disposto no número anterior aplica-se ainda à obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos ou taxas exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o Adjudicatário na execução do Contrato.

Secção II

Obrigações da Entidade Contratante

Cláusula Décima Quinta

Preço

1. Pelo fornecimento do equipamento objeto do fornecimento, a Entidade Contratante deve pagar ao Adjudicatário o preço do equipamento fornecido constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base do procedimento é 118.200,00€.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída no Contrato à Entidade Contratante, incluindo a mão-de-obra, deslocações, alojamento e a realização de todas as atividades previstas no caderno de encargos.

Cláusula Décima Sexta

Condições de pagamento

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o pagamento do preço devido pelo fornecimento do equipamento e pela prestação dos serviços constantes do presente Caderno de Encargos deve ser efetuado nos termos e condições constantes da proposta adjudicada.
2. Não há lugar à realização de pagamentos antecipados.

Secção III

Obrigações acessórias das partes do Contrato

Cláusula Décima Sétima

Obrigações de sigilo

1. O adjudicatário obriga-se a garantir que toda a informação relativa ao Contrato que lhe seja disponibilizada e, bem assim, aquela a que os seus funcionários, agentes, subcontratados e consultores, por qualquer modo, tenham acesso, será de utilização exclusiva no âmbito da realização do objeto do Contrato, não podendo ser transmitida a quaisquer outras pessoas ou entidades sem prévia autorização escrita da Entidade Contratante e, quando exigível, da entidade titular originária dessa informação; o Adjudicatário é responsável pelo cumprimento destas obrigações por parte dos seus funcionários, agentes, subcontratados e consultores.
2. O Adjudicatário poderá transmitir informações que legalmente esteja obrigada a transmitir, que sejam necessárias para a obtenção de qualquer autorização administrativa, ou que sejam necessárias para a instrução de quaisquer procedimentos administrativos ou processos jurisdicionais.
3. O disposto no presente artigo não é aplicável caso a matéria em questão tivesse já passado a ser do conhecimento público ou tenha chegado ao conhecimento do Adjudicatário por meios lícitos não relacionados com o Contrato.
4. Para além do disposto nos números anteriores, nenhuma das partes no Contrato pode, sem o consentimento prévio e escrito da outra, revelar, proporcionar ou, por qualquer forma, tornar disponível a terceiros informação identificável ou razoavelmente identificável como sendo confidencial e da propriedade da outra parte.
5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos,

designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula Décima Oitava

Deveres de informação

1. Cada uma das partes no Contrato deve informar a outra, no prazo de 15 (quinze) dias, de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada parte no Contrato deve avisar a outra, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu conhecimento, de quaisquer circunstâncias, constituam ou não casos de força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das suas obrigações contratuais.
3. No prazo previsto no número anterior, a parte deve ainda informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Capítulo III

Mora, incumprimento e direito de resolução

Secção I

Mora e Incumprimento Definitivo do Adjudicatário e Direito de Resolução

Cláusula Décima Nona

Mora do Adjudicatário

1. O Adjudicatário incorre em mora sempre que não der cumprimento pontual e integral às obrigações que, por determinação do Contrato ou por determinação da Entidade Contratante, ao abrigo do mesmo, se encontrem sujeitas a prazo.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando, nas obrigações sujeitas a prazo, se verifique que o Adjudicatário cumpriu de forma defeituosa as obrigações a que estava vinculado, a Entidade Contratante notifica-o para proceder ao cumprimento correto e integral das obrigações cumpridas defeituosamente, conferindo, para o efeito, prazo não superior a 10 (dez) dias.
3. Não se aplica o disposto nos números anteriores quando o atraso se deva a atos imputáveis à Entidade Contratante ou que resultem de força maior.

Cláusula Vigésima

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Contratante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 10‰ (dez por mil) do montante correspondente ao respetivo preço, por cada semana de atraso; no caso de o atraso ser inferior a uma semana, a penalidade será reduzida de forma proporcional;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia, até 15% (quinze por cento) do montante correspondente ao respetivo preço.
 - c) Pelo incumprimento da obrigação de prestação de formação até 10‰ (dez por mil) do montante correspondente ao respetivo preço;
2. As penalidades previstas no n.º 1 têm a natureza de cláusula penal indemnizatória, consideram-se aplicadas por comunicação ao Adjudicatário, por escrito, valendo essa comunicação como título executivo.
3. As penalidades são pagas por dedução no pagamento que lhe sobrevenha ou, não sendo o caso, no prazo de 30 (trinta) dias após a respetiva aplicação.
4. As penalidades por mora são aplicadas até ao limite de 15% (quinze por cento) do valor global do Contrato.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Contratante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A Entidade Contratante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Contratante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula Vigésima Primeira

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração

do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula Vigésima Segunda

Resolução do Contrato

1. A Entidade Contratante pode resolver o Contrato, quando o Adjudicatário, por facto que lhe seja imputável, não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, quando não preste a caução — quando exigível —, ou quando o Contrato seja grave ou reiteradamente incumprido pelo adjudicatário.

2. Consideram-se motivos de resolução, nomeadamente nos seguintes casos:

- a) Se for atingido o montante máximo previsto de penalidades;
- b) Se se verificar atraso na entrega dos equipamentos objeto do fornecimento superior a 30 (trinta) dias;
- c) Se o Adjudicatário proceder à cessão da posição contratual sem autorização da Entidade Contratante;
- d) Se ocorrer o início da fase jurisdicional de um processo de falência ou insolvência, ou de um processo com fins análogos, relativamente ao Adjudicatário;
- e) Se o Adjudicatário em mora não realize a prestação no prazo que lhe haja sido razoavelmente fixado pela Entidade Contratante;
- f) Se estiverem reunidos os pressupostos da força maior, desde que a impossibilidade de cumprimento se torne definitiva ou implique comprovadamente um atraso na entrega do equipamento objeto do fornecimento superior ao permitido no Contrato para este tipo de situação;
- g) Se se verificar atraso no cumprimento das obrigações decorrentes de garantia superior ao prazo fixado pela Entidade Contratante no Contrato.

3. A resolução do Contrato, ao abrigo do presente artigo, atribui o direito à Entidade Contratante de receber uma indemnização no valor de 15% (quinze por cento) do valor contratual a título de cláusula penal indemnizatória.

4. A indemnização deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação do Adjudicatário para esse efeito, valendo essa notificação como título executivo.

5. O previsto no n.º 3 não obsta a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

6. O não exercício do direito previsto no presente artigo não implica a renúncia ao mesmo.

Secção II

Mora e Incumprimento Definitivo da Entidade Contratante e Direito de Resolução

Cláusula Vigésima Terceira

Mora da Entidade Contratante

- 1.** O atraso em qualquer pagamento pela Entidade Contratante não autoriza o Adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de quaisquer das obrigações previstas no Contrato, salvo se o montante em dívida exceder 20% (vinte por cento) do respetivo valor global.

2. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

Cláusula Vigésima Quarta **Resolução pelo Adjudicatário**

O Adjudicatário só pode resolver o Contrato nos seguintes casos:

- a) se a Entidade Contratante se atrasar no pagamento de qualquer fatura, em mais de 6 (seis) meses, desde que a mesma não tenha sido objeto de reclamação;
- b) quando o montante do seu crédito, excluindo juros, for igual ou superior a 30% (trinta por cento) do valor global do Contrato;

Capítulo IV Vicissitudes

Cláusula Vigésima Quinta **Subcontratação**

1. Após a celebração do Contrato o Adjudicatário, pode subcontratar com terceiros.
2. Aquando da comunicação à Entidade Contratante da subcontratação, o Adjudicatário deverá entregar cópia dos documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos exigidos ao adjudicatário para fornecimento dos bens e prestação dos serviços respetivos.
3. O Adjudicatário é sempre responsável pelo incumprimento de terceiros, seus subcontratados.

Cláusula Vigésima Sexta **Cessão da posição contratual**

1. O Adjudicatário apenas pode ceder a sua posição contratual no Contrato mediante prévia autorização da Entidade Contratante.
2. Para efeitos do número anterior, a Entidade Contratante pode, se tal se afigurar relevante, solicitar ao Adjudicatário informações complementares ou documentação relacionada com a entidade cessionária.

Capítulo V Disposições finais

Cláusula Vigésima Sétima

Notificações, informações e comunicações

1. As notificações, informações ou comunicações a enviar por qualquer das partes deverão ser efetuadas:
 - a) Por carta registada com aviso de receção, ou diretamente contra recibo, desde que seja para cumprimento do preceituado na lei ou no clausulado contratual, ou envolva a contagem de prazos;
 - b) Por via postal;
 - c) Por fax, ou por e-mail;
 - d) Pessoalmente, se a urgência do caso recomendar o uso de tais meios.
2. As notificações, informações e comunicações devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
3. Salvo estipulação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do Contrato, só produzem efeitos após a notificação.

Cláusula Vigésima Oitava

Regras para a contagem de prazos

1. A contagem dos prazos na fase de execução do Contrato é feita nos termos do art.º 471º do CCP, e de acordo com as seguintes regras:
 - a) Não se inclui na contagem o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o prazo começa a correr;
 - b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
 - c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
 - d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere -se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula Vigésima Nona

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

Cláusula Trigésima

Disposições legais e contratuais aplicáveis

1. Na celebração do Contrato, observar-se-á o disposto:
 - a) No Código dos Contratos Públicos (Decreto Lei 18/2008 de 29 de Janeiro);
 - b) No Decreto Legislativo Regional n.º 29/2015/A, de 29 de dezembro.
 - c) Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A de 15 de Fevereiro
 - d) Nas normas portuguesas e comunitárias aplicáveis;
 - e) Nos documentos contratuais;

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

ANEXO I ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO 1 – Lista de Produtos

Posições	Artigo	Especificação	Quantidade
1	Cadeira secretária	Cadeira com costas de altura média em relação ao convencional, assento e braços fixos, com revestimento a tecido ou semi pele do Grupo A, B ou C, com elevação hidráulica. Base em poliamida. Altura total a variar com amplitude mínima entre 860-980 mm, largura de assento mínima de 470 mm.	174
2	Secretária 120x60x750 mm	Secretária com tampo em melamina branco e estrutura pintada a branco	91
3	Secretária 160x60x750 mm	Secretária com tampo em melamina branco e estrutura pintada a branco	36
4	Extensão de secretária	Alonga 800 x 600 mm, perna em tubo 60 x 30 mm com a mesma composição de materiais das secretárias. (dimensões e características de acordo com o escolhido pela Unidade de Saúde e espaço útil existente)	5
5	Bloco gavetas	Bloco rodado de 3 gavetas. Cor: Branca. De acordo com o mobiliário envolvente.	146
6	Vigas 3 lugares (faia) montada	Viga 3 Lugares; cascos em faia; sem mesa de apoio	6
7	Vigas 4 lugares (faia) montada	Viga 4 Lugares; cascos em faia; sem mesa de apoio	6
8	Balcão de atendimento duplo (2500 mm)	Balcão em melamina branca constituído por 2 módulos com dimensões a ajustar ao espaço disponível	3
9	Balcão de atendimento (1600 mm)	Balcão em melamina branca constituído por 2 módulos com dimensões a ajustar ao espaço disponível	1
10	Cadeira	Cadeira com casco em polipropileno, estrutura metálica e cor a definir pela USI São Miguel, de fácil lavagem e desinfeção	314
11	Armário baixo 2 portas	Armário baixo 780 (A) x 1000 x 400 mm. Portas de correr em chapa	45
12	Armário alto 2 portas	Armário alto 1950 (A) x 1000 x 400 mm; Portas de bater em chapa: escolhido pelo cliente, cor branca ou cinza preferencialmente	47

13	Estante 500 x 1000 x 400 mm	Estante de encaixe 2500 x 1000 x 400 mm, constituída por: 2 basidores 2500 x 400 mm, 7 prateleiras 940 x 400 mm sem reforço, 2 travamentos horizontais	148
14	Arquivo de ficheiros com 4 gavetas	Arquivo de 4 gavetas c/ rodízios	2
15	Mesa reuniões redonda	Mesa redonda com 1000 mm de diâmetro, pé central com base redonda; tampo cor branca ou cinza ou faia	20
16	Mesa reuniões 2000 x 800 mm	Mesa de reuniões 2000 x 800 mm, com 4 pés em tubo 60 x 30 mm cor branca	1
17	Bengaleiro	Bengaleiro vertical com base de apoio	104
18	Cacifo simples 1 porta	Cacifo Vestiário simples 1700 x 300 x 500 mm	97
19	Cacifo duplo 2 portas	Cacifo Vestiário duplo 1700 x 600 x 500 mm	5